

cotidiano

Após 2º apagão, energia elétrica no Amapá volta parcialmente

Estado retoma 80% da capacidade do sistema nas cidades atingidas, afirma a pasta de Minas e Energia

Monica Prestes

MANAUS O Ministério de Minas e Energia afirmou nesta quarta (18) que o fornecimento de energia elétrica aos 14 municípios do Amapá que sofreram um segundo blecaute total em menos de 20 dias, na noite de terça (17), foi restabelecido ainda durante a madrugada ao nível de 80% da capacidade do sistema, mesmo patamar de antes do novo apagão. Neste novo apagão, apenas unidades de saúde e prédios públicos não ficaram no escuro. Segundo relatório do ONS (Operador Nacional do Sistema), o apagão se iniciou por volta de 20h30 de terça, durou pouco mais de quatro horas e foi seguido de outras duas interrupções antes do restabelecimento do fornecimento, à 1h05 desta quarta.

Em alguns pontos de Macapá, moradores relataram que a energia começou a voltar por volta de 23h, mas de forma oscilante. Em outros bairros, no entanto, o fornecimento só foi normalizado às 3h30, como conta a professora Natia Queiroz, 33, moradora do bairro Buritizal.

Apesar do restabelecimento do rodízio de energia, os moradores do Amapá voltaram a ter problemas de comunicação nesta quarta (18), com dificuldades para conseguir sinal de telefonia e redes móveis.

Com o restabelecimento, os moradores de Macapá e mais 13 municípios do Amapá voltaram a ter energia de forma racionada, por meio de um sistema de rodízio de três a quatro horas entre os bairros. Mesmo assim, a PM do Amapá registrou pelo menos nove protestos nas duas maiores cidades do estado — Macapá e Santana — entre a noite de terça e a madrugada de quarta.

Os moradores de 14 cidades do Amapá convivem com apagões desde o dia 3 de novembro, quando um incêndio destruiu os transformadores de uma subestação de distribuição de energia, deixando 90% da população do estado sem luz nem água.

Um dos transformadores danificados foi recuperado e garantiu o restabelecimento parcial da energia, ainda na primeira semana após o incêndio. O segundo transformador, que pode garantir o fornecimento de energia a 100% do estado de forma integral, retirado da subestação do município de Laranjal do Jari, chegou a Macapá na manhã desta quarta, após mais de 30 horas de transporte por balsa, segundo a concessionária Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE).

Segundo a concessionária, o equipamento passará por testes e deve ser interligado ao sistema até 26 de novembro, um dia depois do prazo estabelecido pela Justiça Federal para a solução definitiva do problema.

O governo do Amapá informou que, na segunda (16) o estado recebeu 37 geradores termelétricos, que devem garantir o retorno provisório da energia em período integral a 100% dos domicílios, mas não apontou um prazo.

O Ministério de Minas e Energia informou que o fornecimento de energia elétrica “apresentou instabilidade, com desligamento e interrupção de 183 MW de cargas às 20h27min, em virtude do desligamento automático do transformador da subestação de Macapá e da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes” e que as causas são investigadas.

Leia mais em Mercado, na pág. A17

ambiente

Chefe do Ibama facilitou venda de madeira ilegal em despachos, dizem técnicos

Normas tratam de documento de origem florestal; Eduardo Bim afirma que elas permitem à fiscalização fazer trabalho de inteligência

Vinicius Sassine

BRASÍLIA Dois despachos internos do presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Eduardo Fortunato Bim, tiveram como efeito a maior recirculação de madeira legal no Brasil e a ampliação das possibilidades de exportação irregular de madeira proveniente de espécies ameaçadas de extinção. Além disso, houve uma queda de vistorias do produto in loco, nos portos, antes do envio para outros países, segundo técnicos do Ibama ouvidos pela Folha sob a condição de anonimato.

Na terça (17), em uma reunião virtual da cúpula do Brics, bloco que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou que divulgara uma lista de países que importaram madeira legal, embora critique o país pelo desmatamento na Amazônia.

O primeiro despacho foi assinado por Bim em 14 de novembro de 2019. Ele aprovou um entendimento segundo o qual um comprador de madeira com o DOF (Documento de Origem Florestal) não pode ser responsabilizado se, depois, ficar constatada a fraude do documento. Assim, os fiscais do Ibama não podem responsabilizar esse comprador “sem que haja demonstração de indícios de participação ou ciência quanto à ilicitude”.

O despacho, inicialmente, não faz referência à apreensão da madeira, mas somente à isenção de responsabilização. Depois, o entendimento foi ampliado pela Diretoria de Proteção Ambiental, impedindo também a apreensão. Bim não se opôs.

Na prática, segundo técnicos ouvidos pela reportagem, isso resultou em permanência e recirculação da madeira ilegal no mercado, em redução de cautela por parte dos compradores; e em perda de poder fiscalizador pelo Ibama.

“Se há uma confiança no sistema do Ibama, no DOF, parte-se do princípio de que está tudo certo. São Paulo, por exemplo, é o maior comprador de madeira do Pará. E, se não há indício de fraude, nada desabona uma operação de compra”, disse Bim à Folha.



Eduardo Fortunato Bim, presidente do Ibama. Marcelo Camargo - 22.out.19/Agência Brasil

Se há uma confiança no sistema do Ibama, no DOF [Documento de Origem Florestal], parte-se do princípio de que está tudo certo. São Paulo, por exemplo, é o maior comprador de madeira do Pará. E, se não há indício de fraude, nada desabona uma operação de compra

Eduardo Fortunato Bim presidente do Ibama

Ele confirmou que, inicialmente, o despacho se referia apenas a responsabilização.

Depois, por parte de uma diretoria do órgão, já em 2020, houve ampliação do entendimento, com impedimento de apreensão da madeira legal, caso não se comprove o erro do comprador com a fraude. “Eu poderia discordar, mas não mexi no processo”, afirmou.

O segundo despacho interno do presidente do Ibama, com efeitos no sistema de combate a ilegalidades no comércio de madeira, foi assinado em 25 de fevereiro deste ano, terça-feira de Carnaval.

Um despacho interpretativo de Bim eliminou a necessidade de autorização de exportação de madeira, sendo necessário apenas o DOF.

O parecer chegou a eliminar a necessidade de autorização para todas as espécies, inclusive as ameaçadas de extinção. A medida vigorou assim por pelo menos 45 dias. Um novo parecer excluiu essas espécies da flexibilização instituída.

“O parecer não falava no artigo 9º, que trata dessas espécies ameaçadas de extinção. Como não falava, parecia que não precisava [da autorização de exportação, além do DOF]”, disse Bim à Folha.

O presidente do Ibama decidiu, então, reafirmar o entendimento, com a cobrança de autorização de exportação para essas espécies. “Nestes casos, não se poderia abrir mão de um controle adicional”, afirmou. As demais ficaram dispensadas do controle duplo.

As autorizações de exportação são feitas para as espécies ameaçadas de extinção, previstas em uma portaria do

Ministério do Meio Ambiente de 2014, e para aquelas que cumprem exigências internacionais. No Pará, são cerca de 3.000 processos de exportação por ano. Os casos de espécies ameaçadas equivalem a 10% a 15% desses processos.

As vistorias in loco nos portos foram reduzidas, segundo técnicos ouvidos pela reportagem. A fiscalização tem se resumido a uma análise dos documentos de exportação inseridos no sistema eletrônico.

Para o presidente do Ibama, não há relação da fiscalização in loco com seu despacho. “Não vejo relação da fiscalização nos portos. A nossa fiscalização já era aleatória, por amostragem”.

Segundo Bim, o despacho permitiu ao setor de fiscalização fazer um trabalho de inteligência, com possibilidade de atuação semanas antes do direcionamento da madeira ao porto. “Não vejo relação entre as duas coisas [entre o despacho e a diminuição das vistorias]”, disse.

O presidente do Ibama é homem de confiança do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Os dois atuam em consonância na condução do órgão ambiental.

O novo entendimento do Ibama para exportação de madeira foi questionado na Justiça Federal no Amazonas em uma ação movida pelo ISA (Instituto Socioambiental), pelo Greenpeace Brasil e pela Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente. O Ibama afirma ter tido duas decisões liminares (provisórias) a seu favor na ação.

PM sem experiência na área é nomeado chefe do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Ana Carolina Amaral

SÃO PAULO O policial militar José de Ribamar Vieira Rodrigues é o novo chefe do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, que está entre os dez parques que mais recebem turistas no país — foram 126 mil turistas em 2018 — e também consta na lista prioritária do Ministério do Meio Ambiente para concessão à iniciativa privada, destinada aos serviços de apoio à visitação.

A nomeação foi publicada em portaria assinada pelo presidente do ICMBio, Fernando Lorencini, nesta quarta (18).

Rodrigues fez carreira na Polícia Militar do Maranhão, na qual atuou de 1986 a 2017. Segundo seu currículo, após deixar a corporação, ele passou a ocupar o cargo de assessor de segurança na Câmara

A função de um gestor de áreas protegidas não é a mesma de um policial, mesmo que fosse um quadro da fiscalização ambiental

Cláudio Maretti ex-presidente do ICMBio

Municipal de Barreirinhas, município maranhense onde mora e onde fica o parque.

A falta de experiência na gestão de unidades de conservação ou em qualquer posto na área ambiental preocupa servidores e ambientalistas.

Segundo eles, os contratos de concessão devem ser acompanhados e fiscalizados pelo ICMBio (que permanece responsável pela gestão das unidades de conservação), o que exigiria ainda mais preparo da chefia do parque.

“A função de um gestor de áreas protegidas não é a mesma de um policial, mesmo que fosse um quadro da fiscalização ambiental. A função da chefia do parque é de gestão territorial e de interação com múltiplos atores da sociedade, a serviço da sociedade na conservação, na pes-

quisa, no voluntariado”, afirma o ex-presidente do ICMBio Cláudio Maretti.

Com área de 156 mil hectares, o parque 1.024 famílias de comunidades tradicionais.

A falta de experiência do novo chefe contraria uma exigência criada na gestão Bolsonaro, que prevê critérios para a contratação de cargos comissionados de direção e de assessoramento superior, classificados pela sigla DAS.

O 2º artigo do decreto 9.727/2019 prevê, no item 2, que o contratado para o cargo de direção deve ter “perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo ou a função para o qual tenha sido indicado”.

Questionado sobre a irregularidade da nomeação, o ICMBio não respondeu até a conclusão desta edição.

AVISOS DE LICITAÇÕES

PG SABESP RJ 04045/20-Edital para “download” a partir de 19/11/2020 - www.sabesp.com.br/licitacoes mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa. Problemas c/ site, contatar fone (11) 3388-8273. Informações (11) 4894-8155. Envio das Propostas a partir da 09h00 de 01/12/2020 até às 09h00min de 02/12/2020 - www.sabesp.com.br/licitacoes. As 09h01min de 02/12/2020 será dado início a Sessão Pública no site da Sabesp na Internet. Itábia, 19/11/2020 - UN Capivari/Jundiaí.

PG SABESP CSS 03905/20-Renovação de Suporte Técnico e Manutenção do Licenciamento VMware e Prestação de Serviços Técnicos especializados para Administração Operacional do Ambiente. Edital disponível para “download” a partir de 19/11/20 - www.sabesp.com.br/fornecedores - mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante à participação) no acesso - “Cadastro de Fornecedores”. Problemas c/ obtenção de senha, contatar fone (11) 3388-6724/6812 ou informações na Av. Estado, 561 - Ponte Pequena - São Paulo-SP Envio das Propostas a partir da 09h00 de 03/12/20 até às 09h00 de 04/12/20 - www.sabesp.com.br/fornecedores. As 09h01min de 04/12/2020 será dado início a Sessão Pública no site da Sabesp na Internet. Itábia, 19/11/2020 - UN Capivari/Jundiaí.

PG SABESP MC 03821/20-Prestação de Serviços para otimização de Redes e Ramais de Esgoto e Serviços de Engenharia para Limpeza, Desobstrução e Televisamento de Redes e Ramais de Esgoto na Área da UGR Tamanduaí - UN Centro - Diretoria Metropolitana M. Envio das “Propostas” a partir das 09h00 (zero hora) do dia 03/12/2020 até às 09h00 do dia 04/12/2020, no site da SABESP na Internet www.sabesp.com.br/licitacoes. As 09h01min de 04/12/2020 será dada início a Sessão Pública pelo Pregoeiro. Credenciamento dos Representantes permanentemente abertos através do site do ato. O edital completo será disponibilizado a partir de 19/11/2020 para consulta e download, na página de SABESP na Internet www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa. Problemas c/ o site contatar fone (“11) 3388-8619, SP 19/11/2020 UN Centro.

PRORROGAÇÃO DATAS

PG SABESP CSS 02460/20-Prestação de Serviços de construção de um “Chatbot” para a realização de atendimento aos colaboradores da SABESP de maneira imediata através de conversas via Website, Intranet, WhatsApp etc. diminuindo esforços humanos e aumentando a capacidade de atendimentos simultâneos e satisfação dos usuários, sanando dúvidas frequentes na forma de diálogo pré-definido entre usuário e “robô”. Local: RMSSP Interior e Litoral. Edital disponível para “download” desde 04/11/20 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante à participação) no acesso - “Cadastro de Fornecedores”. Problemas c/ obtenção de senha, contatar fone (11) 3388-6724/6812 ou informações: Av. do Estado, 561, Ponte Pequena - SP Envio das Propostas a partir da 09h00 de 22/11/20 até às 09h00 de 23/11/20 - www.sabesp.com.br/licitacoes. As 10h00 será dado início a Sessão Pública. SP 19/11/20 - (CH) A Diretoria.

Água, cuide bem desse bem. Porque cada gota vale muito.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO